



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO  
Av. Apolônio Sales, 495, Centro, CEP. 48.601-200, Tel. 3282 3850  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

## PARECER N° \_\_\_\_/2025

**EMENTA.** Trata-se da apreciação do **PL nº 030/2025 "Prata da Casa"**, de autoria do Ver. Ery Alberto Freire Costa da Silva. A CCJ análise o referido PL na forma prevista no Art. 34, I, § 1º, "a", Art. 50, § 1º e 120, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal. A CCJ, por não haver vício formal e material, propõe pela tramitação do referido projeto de lei.

### I. Síntese fática

O Projeto de Lei nº 030/2025, encontra-se na CCJ, para fins de análise e emissão de parecer na forma prevista no Art. Art. 34, I, § 1º, "a", Art. 50, § 1º e 120, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal.

É suscinto relatório.

### II – Da Análise Jurídica

A CCJ fora instada a emitir parecer acerca da matéria, na forma regimental. No entanto, vale pontuar que o parecer possui apenas natureza opinativa, não possuindo o condão de interferir no voto soberano dos parlamentares em plenário. Assim, é entendimento o STF, senão vejamos:

**"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.**

A iniciativa das leis cabe ao vereador na forma prevista no Art. 44 da Lei Orgânica Municipal.

Cuida-se de matéria que cria a "Prata da Casa, que visa dar homenagem póstuma à cidadãos ilustres do município, mediante atribuição de seus nomes a logradouros públicos.

O projeto de lei regula sobre norma de interesse local, na forma do Art. 12, I, da LOM.

Ressalte-se que a referida proposição regulamenta de forma detalhada, o Art. 1º das Disposições Gerais e Transitórias, prevista na Lei Orgânica, senão vejamos:

Art. 1º. O Município não poderá dar nomes de pessoas vivas a bens, logradouros e serviços públicos de qualquer natureza

Por outro lado, atento à referida matéria legislativa, não se observa vício de formal ou material, isto porque não disciplina às proposições de competência privativa do Prefeito, previstas no Art. 46 da LOM.

A CCJ apresenta emenda modificativa ao Art. 3º, caput, do referido projeto de lei, na forma prevista no Art. 47, §2º c/c Art. 117, §1º, III, ambos do regimento interno, passando o citado artigo à seguinte redação:

"Art. 3º. A homenagem póstuma, conforme previsto no Art. 2º, será apresentada na forma de Projeto de Lei Ordinário, cabendo à iniciativa nos termos do Art. 44 da Lei Orgânica Municipal"

A CCJ apresenta emenda substitutiva ao Art. 6º e acrescentando emenda aditiva do Art. 7º, na forma do Art. 47, §2º c/c Art. 117, §1º, II e III, ambos do regimento interno, passando à seguinte redação:

"Art. 6º. A execução desta Lei será feita mediante dotação orçamentária própria"

"Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação"

Atento às exigências contidas na Lei Complementar nº 95/1998, a CCJ opina pela tramitação do PL em apreço, dada a clareza e objetividade na formulação da presente proposição normativa, respeitando a competência reservada ao vereador de apresentar emendas, caso repute necessário.

### III – Do Voto

Isto posto, pelos fatos e fundamentos jurídicos trazidos à baila, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJ, na forma do art. 34, I, §1º, "a", art. 50, §1º, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal, opina pela regular tramitação do **PL Nº 030/2025**, respeitando a competência reservada ao vereador para apresentar emendas, caso repute necessário.

A CCJ sugere emendas modificativa e aditiva aos Arts. 3º, 6º e 7º, na forma prevista no Art. 47, §2º c/c Art. 117, §1º, II e III, ambos do regimento interno.

É o parecer. Salvo, Melhor, Juízo.

Sala das sessões, 09 de setembro de 2025.

  
**Ver. JEAN ROUBERT FÉLIX NETTO**  
Presidente da CCJ

  
**Ver. PAULO GOMES DE QUEIROZ JÚNIOR**  
Membro da CCJ e Relator

  
**Ver. RUBENS VALENTIM DOS SANTOS**  
Membro da CCJ